

A UAB E CARACTERÍSTICAS DE UM PÚBLICO-ALVO ATINGIDO: O CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA NA UFJF.

Bianca Souza Bernardino

*Universidade Federal de Juiz de Fora
sb.bis@hotmail.com*

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de apresentar traços do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB que permitem compreendê-lo enquanto política pública de democratização do ensino superior, de formação docente inicial e continuada, assim como, uma política social, em função do perfil de uma determinada demanda atingida pela UAB. A investigação foi realizada com base em análise de documentos educacionais e estudos acadêmicos envolvendo a UAB. Assim como, através do estudo longitudinal de dados quantitativos secundários referentes ao alunado da Licenciatura em Pedagogia a Distância na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, graduação realizada no âmbito da UAB. Tentou indicar certas potencialidades e dilemas que permeiam a modalidade a distância de ensino na educação superior. Finalizou chamando atenção para a necessidade de discutir o processo de formação docente estimulado com a UAB, convidando a pensar na dimensão qualitativa ao considerar essa política que tende a atuar no campo da inclusão social.

Palavras-chaves: UAB, acesso ao ensino superior, alunado a distância, política social.

Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, como pode ser verificado no Decreto que o institui, nº 5.800, de 8 de junho de 2006, existe com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior por meio do desenvolvimento da modalidade a distância de ensino. Entre os objetivos que o compõem, podem ser observados: oferecer, com prioridade, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; proporcionar cursos superiores para a capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores da educação básica brasileira; diminuir as desigualdades de oportunidade de ensino superior entre as diferentes regiões do Brasil; e estabelecer um amplo sistema nacional de educação superior a distância (BRASIL, 2006).

O atual Plano Nacional de Educação (2014) mobiliza o Sistema Universidade Aberta do Brasil como uma das estratégias traçadas à ampliação da oferta de vagas no ensino superior público, visando o alcance da meta 12, onde se coloca a necessidade de elevação das taxas de matrículas no

ensino superior (BRASIL, 2014, p. 73). No entanto, vale o destaque feito pelas autoras Santos e Campos (2016), que convidam a refletir sobre o perigo de a discussão de democratização do acesso à educação superior com o auxílio da modalidade a distância de ensino se manifestar, em alguns momentos, enquanto sinônimo de política nacional de formação de professores para a Educação Básica.

Em agosto de 2017 foi publicado pelo Ministério da Educação/Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/INEP) o Censo da Educação Superior 2016, permitindo observar o crescimento da oferta e de matrículas no ensino superior a distância vivenciado entre o período de 2006 ao ano de 2016 no país (BRASIL, 2017). Embora a rede privada de ensino tenha aumentado a sua predominância na proporção total de matrículas no ensino superior a distância, pode ser analisado que a rede federal apresentou números significativos de expansão.

Enquanto, em 2006, havia 17.359 matrículas em cursos de graduação a distância na categoria administrativa federal, em 2016 foi captada a quantidade de 73.674 matrículas (BRASIL, 2017, tabela 4.1). A maior parte destas matrículas, 48.079, está nos cursos de Licenciaturas (BRASIL, 2017, tabela 4.2). Para a categoria administrativa privada, os números se manifestam da seguinte maneira: 165.145 matrículas verificadas no ano de 2006, e 1.371.817 matrículas no ano de 2016 (BRASIL, 2017, tabela 4.1). Destas matrículas, 558.446 são em cursos de Licenciatura (BRASIL, 2017, tabela 4.2).

Nesse sentido, pode ser observado como a expansão da educação superior a distância tem se manifestado com mais expressividade para determinados campos de formação e grau acadêmico, como no caso das Licenciaturas. Para o crescimento na rede federal de ensino a distância cabe a reflexão sobre como a política pública de formação docente inicial e continuada expressa pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil tem atuado nesse quadro. Afinal, o período de 2006 ao ano de 2016, apresentado no Censo da Educação Superior 2016 (Brasil, 2017), também corresponde a uma década de implementação do Sistema UAB.

Em entrevista concedida ao sítio eletrônico do Centro de Educação a Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora (Cead/UFJF), o diretor dessa unidade esclarece que o crescimento da educação a distância descrito no Censo da Educação Superior 2016 reflete na EaD

da UFJF, pois, atualmente, o diretor argumenta, aproximadamente 10% do número total de alunos de graduação da UFJF pertencem ao ensino a distância¹.

De acordo com dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PROGRAD/UFJF), até o primeiro semestre de 2017 a Universidade Federal de Juiz de Fora contava com sete graduações a distância vinculadas ao Sistema UAB. Dessas, um curso é de bacharelado, em Administração Pública, com 347 matrículas registradas, e o restante são cursos de licenciaturas: em Química, com 45 matrículas; Educação Física, com 165 matrículas; Física, com 188 matrículas; Computação, com 243 matrículas; Matemática, com 260 matrículas; e Pedagogia, com 451 matrículas.

A diferença na quantidade de matrículas de cada graduação pode estar no motivo de serem cursos criados em diferentes períodos desde a regulamentação do Sistema UAB na UFJF. A Pedagogia a Distância, graduação que recebe o maior número de matrículas, foi criada no segundo semestre de 2007. Desde então, pesquisas e relatórios técnicos envolvendo as características acadêmicas e socioeconômicas dessa licenciatura vêm sendo publicadas (TEIXEIRA e BORGES, 2008; BRUNO e TEIXEIRA, 2010; TEIXEIRA, 2010; BORGES et. al, 2014; SILVA, 2015).

No intuito de desenvolver diálogos com o que já foi estudado e apresentar novas contribuições ao campo, o presente trabalho tem por objetivo mobilizar certos indicadores que permitem analisar traços sociais da demanda atendida na Pedagogia a distância na UFJF, assim como, apresentar e corroborar com a argumentação proposta no trabalho de Teixeira (2010) e Bruno e Teixeira (2012) de refletir a atuação do Sistema UAB para além de uma política de formação de professores e de expansão do ensino superior público.

Teixeira (2010) argumenta que o Sistema UAB também atua como uma política social em função das características sociais e econômicas do público-alvo atingido pelo curso de Pedagogia a distância na UFJF. Dada a estabilidade dos indicadores analisados, este trabalho reafirma tal perspectiva de análise, embora ainda caiba problematizar o quadro de evasão assistido no curso.

Na seção dedicada a discutir os resultados apresentados, a intenção foi destacar alguns dos dilemas que permeiam a UAB. Em seguida, convidar a refletir questões sobre a dimensão qualitativa das oportunidades de educação superior pública a distância estimulada pelo programa UAB ao público-alvo que essa política pública atinge.

¹ Vide <<http://www.cead.ufjf.br/2017/09/01/matriculas-na-modalidade-a-distancia-crescem-mais-que-nos-cursospresenciais/>>. Acesso em: abril/2018.

Metodologia

Até o primeiro semestre de 2017 o curso de Pedagogia a distância da Faculdade de Educação (FACED), vinculado ao Sistema UAB, na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, era composto por cinco turmas, a UAB I, UAB II, UAB III, UAB IV e UAB V, como se convencionou a identificar os grupos de alunos que foram se ingressando no curso. A turma UAB I iniciou as atividades no ano de 2007, a UAB II ingressou em 2009, a UAB III no ano de 2011, a UAB IV em 2012 e a UAB V no ano de 2014 (FACED/UFJF, 2017).

Desde a constituição da UAB I a Coordenação dessa graduação vem desenvolvendo uma pesquisa de monitoramento apoiada na metodologia de survey. Onde, ao final dos módulos, se aplicam questionários aos tutores presenciais, aos tutores a distância e aos alunos. Entre as intenções da Coordenação, estava a de desenvolver uma pesquisa longitudinal que permitisse observar o “movimento dos dados” coletados, os quais se referem às condições de vida, trajetória educacional dos alunos e experiências com a graduação cursada (TEIXEIRA, 2010).

Estudos anteriormente realizados, interessados em discutir as características da Pedagogia a distância, se apoiaram nos dados quantitativos coletados pela pesquisa de monitoramento da Coordenação desse curso (TEIXEIRA, 2010; BRUNO e TEIXEIRA, 2012; BORGES et. al, 2014; SILVA, 2015). O último relatório apresentado com os resultados encontrados a partir da pesquisa de monitoramento do curso de Pedagogia a distância foi disponibilizado pela Coordenação em junho de 2017. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a realizar uma discussão de análise longitudinal sobre determinados dados secundários quantitativos presentes nesse relatório (FACED/UFJF, 2017).

O objetivo é indicar a estabilidade em indicadores sociais do alunado da Pedagogia a distância já destacados anteriormente (Bruno e Teixeira, 2012), na fase inicial do curso, atento às primeiras turmas dessa graduação. A presente pesquisa desenvolvida leva a corroborar com a argumentação apresentada por Teixeira (2010) e Bruno e Teixeira (2012), ao propor de considerar a UAB além de política pública de formação docente inicial e continuada, mas, também, enquanto política social decorrente das características do público-alvo atingido.

Em um segundo momento, apoiado no método qualitativo de análise documental, a discussão desenvolvida para os resultados apresentados problematizará, brevemente, alguns dos aspectos envolvendo a UAB indicados na literatura dedicada ao tema (MORAN, 2009; COSTA, 2012;

BARRETO, 2015). A intenção é discutir quais os traços de educação superior a distância está sendo ofertada pela UAB ao público-alvo que essa política pública tende a atingir.

Resultados

O curso de Licenciatura em Pedagogia a distância - UFJF

Nos trabalhos de Teixeira (2010) e Bruno e Teixeira (2012) há a perspectiva de compreender o Sistema UAB enquanto política social decorrente da análise realizada sobre as características relacionadas às condições sociais, econômicas e educacionais do alunado da Pedagogia a distância na UFJF. As autoras (Bruno e Teixeira, 2012) estavam analisando o período de constituição das primeiras turmas deste curso e já destacavam o fato deste ser composto, em sua maioria, por mulheres, com mais de 30 anos, casadas, que cursaram o ensino básico na rede pública de ensino, tendo concluído o ensino médio há algum tempo até o ingresso na atual graduação e moradoras das cidades-pólo onde a UAB é ofertada, ou seja, residentes de pequenos municípios do interior mineiro onde não há ensino superior público presencial.

Além dessas características, Bruno e Teixeira (2012) traz para a discussão dados relacionados ao exercício de trabalho remunerado e à renda familiar mensal dos alunos. Destacaram (Bruno e Teixeira, 2012) que os alunos das primeiras turmas estavam, majoritariamente, em exercício de alguma atividade remunerada, e que tal atividade se vinculava ao campo da Pedagogia. Apontaram (Bruno e Teixeira, 2012) que o indicador predominante relacionado à renda familiar mensal estimada estava concentrado na faixa de até três salários mínimos.

Nos resultados descritos no último relatório de monitoramento do curso de Pedagogia a distância na UFJF (Faced/UFJF, 2017) pode ser verificado que tais características acima mencionadas se mantiveram constantes ao longo da entrada de novas turmas. A Pedagogia a distância continuou sendo um curso majoritariamente feminino para as cinco turmas constituídas (FACED/UFJF, 2017, tabela 1). E a maior parte desse alunado são pessoas casadas e na faixa etária de 31 a 40 anos de idade (FACED/UFJF, 2017, tabela 21 e tabela 5).

Também é destacado no relatório (Faced/UFJF, 2017) o fato de, majoritariamente, receber alunos residentes dos municípios onde estão instalados os pólos de apoio presencial do curso (FACED/UFJF, 2017, tabela 4). A Pedagogia a distância na UFJF é, considerando a maioria das respostas coletadas, a primeira graduação cursada (FACED/UFJF, 2017, tabela 12) por seus alunos.

Ainda que a maioria dos discentes tenha concluído o ensino médio há mais de quatro anos até o ingresso na Pedagogia a distância (FACED/UFJF, 2017, tabela 14). Nas cinco turmas desse curso foi predominante aqueles que vieram da rede pública de ensino básico (FACED/UFJF, 2017, tabela 15).

Em relação aos dados do campo relacionado ao exercício de trabalho remunerado e renda familiar mensal, ao longo desses dez anos de atuação da Pedagogia a distância (2007-2017) foi predominante receber alunos que compartilham a rotina de estudos com a rotina de algum trabalho remunerado, e entre estes que estão inseridos no mercado de trabalho, a atividade desenvolvida se vincula com o curso superior em Pedagogia (FACED/UFJF, 2017, tabelas 8, 9 e 10). O relatório também aponta para o indicador de renda familiar mensal estimada ser mais expressivo na faixa de até três salários mínimos (FACED/UFJF, 2017, tabelas 5 e 6).

O perfil de aluno indicado pelas autoras Bruno e Teixeira (2012) ao analisarem as primeiras turmas constituídas permaneceu constante ao longo da entrada de novos grupos de estudantes na Pedagogia a distância na UFJF. Indicando, assim, a possibilidade em uma tendência no público-alvo atingido por esse curso. Teixeira (2010) convida a pensar que a UAB atua para além de um programa cuja finalidade é a intensificação na formação dos docentes da educação básica, mas, também, proporciona o acesso à educação superior pública para alunos que dificilmente teria esse direito satisfeito em outras circunstâncias.

No entanto, cabe chamar atenção que parte do público-alvo inicialmente atingido pela UAB não chega a completar a graduação em que se ingressou. A dissertação de Silva (2015) sistematiza os dados referentes à evasão nas turmas UAB I, UAB II, UAB III e UAB IV da Pedagogia a distância na UFJF, justificando que ainda não havia informações sobre a UAB V no momento da coleta dos dados. Como “evasão” Silva (2015, p. 126) considera os alunos que foram desligados, ou seja, “alunos que não trancaram o curso, que não estão cursando e que não concluíram o curso”.

Pegando como exemplo a UAB I, primeira turma constituída e que já concluiu as atividades, das 350 vagas ofertadas, distribuídas por 7 pólos, com 50 vagas em cada, 349 vagas foram ocupadas. Deste número, apenas 190 se formaram, 22 ainda estão cursando e 3 estão em situação de trancamento de matrícula, computando, assim, 134 matrículas desligadas, o que representa uma evasão de 38.40% de alunos (SILVA, 2015, tabela 36).

Agora, analisando a UAB IV, iniciada em 2012 e que ainda não havia concluído o curso no momento da coleta dos dados pela autora (Silva, 2015), das 300 vagas ofertadas, distribuídas por 6 pólos, com 50 vagas em cada, 293 haviam sido preenchidas, destas, apenas 198 continuam o curso e 95 já foram computadas como desligadas, formando um quadro de 32.42% de evasão antes mesmo de alcançar a conclusão dessa turma de graduação (SILVA, 2015, tabela 36).

A seção seguinte é dedicada a discutir traços da educação superior a distância proporcionada com a UAB. A intenção é destacar alguns questionamentos encontrados na literatura em relação ao processo de formação docente estimulado pela UAB.

Discussão

UAB e educação superior a distância.

Na investigação do processo histórico que culminou na implementação do Sistema UAB, Costa (2012) mobiliza o posicionamento de Dermeval Saviani para expressar as potencialidades e os riscos da modalidade a distância. A autora descreve que Saviani ao mesmo tempo em que reconhece o ensino a distância, EaD, como importante auxiliar do processo educativo, demonstra preocupação de a EaD se converter em mecanismo de certificação e não de qualificação efetiva.

No modelo de educação a distância adotado pelo Sistema UAB, Barreto (2015, p. 686) chama atenção para as seguintes dificuldades:

insuficiente discussão do projeto pedagógico dos cursos, que tende a reproduzir os de formação presencial, e por vezes resvala para um pragmatismo reducionista que desdenha a fundamentação das questões mais amplas envolvidas no processo educativo; parcelarização do trabalho docente, com sobrecarga do tutor; questões de formação, atuação e profissionalização do tutor, relacionadas à precariedade das formas de contratação (...) Além disso, o modelo único de EaD, produzido pelo padrão de financiamento adotado pelo FNDE, dificulta ou inviabiliza o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais condizentes com os diferentes contextos das instituições formadoras e as necessidades dos alunos-professores.

Embora os impasses presentes na UAB, Barreto (2015) apresenta uma perspectiva de análise que faz diálogo com a argumentação de Teixeira (2010) e Bruno e Teixeira (2012) quando refletem

a oportunidade de inclusão social estimulada pela atuação do programa UAB. Vejamos (Barreto, 2015, p. 692):

Um dos méritos da responsabilização direta do MEC pela formação de docentes das redes públicas em serviço é o fato de ter possibilitado acesso ao ensino superior a professores que chegaram a esse nível tão somente pelo fato de já estarem inseridos como docentes nos sistemas de ensino, em razão das escassas oportunidades educacionais que tiveram em sua formação progressa. O funcionamento ainda bastante problemático desses cursos justifica-se, sobretudo, pelo seu caráter emergencial, embora o atendimento seja bem inferior às efetivas necessidades dos docentes.

Pode ser interpretado que a UAB amplia o acesso ao ensino superior público, mas, no entanto, se faz necessário discutir o processo de formação docente ofertado para um público-alvo que compartilha de um histórico de desvantagens de oportunidades na estrutura social. Analisando modelos predominantes de educação a distância nos cursos superiores, Moran (2009) atenta ao risco de o Ministério da Educação, ao propor parâmetros para organizar uma rápida expansão a partir da implementação do Sistema UAB, compartilhar de uma concepção mais mercadológica à pedagógica da modalidade a distância de ensino.

O autor chama atenção para o perigo de “criar com tecnologias novas, processos velhos ampliados” (p.31). Esclarece que o modelo de educação superior a distância em atuação no Sistema Universidade Aberta do Brasil é o semipresencial, com instalação de pólos presenciais próximos de onde os alunos residem para realizar o acompanhamento de tutoria presencial e determinadas atividades, como, por exemplo, a participação em laboratórios de informática (MORAN, 2009).

A questão que o autor (Moran, 2009) destaca na discussão é que os modos de atuação da modalidade a distância no ensino superior também dizem respeito a diferentes projetos pedagógicos e organizacionais, e a qualidade da educação a distância não é medida a partir da quantidade de alunos que consegue envolver, mas deve mobilizar todo um processo que considere desde a orientação pedagógica do curso, os gestores, coordenadores e tutores, assim como, as experiências do alunado nos cursos superiores a distância (MORAN, 2009).

A discussão desenvolvida neste artigo teve o intuito de, primeiro, reconhecer a potencialidade da UAB em atuar como uma política de inclusão social ao conseguir atingir determinado público-alvo. Porém, além de análises quantitativas relacionadas às competências da UAB, cabe destacar a

necessidade de problematizar aspectos qualitativos da formação docente direcionada justamente ao conjunto social que compartilha de desvantagens de acesso às oportunidades sociais.

Além do mais, há uma questão que merece o olhar mais atento de pesquisadores engajados ao tema da educação a distância e da atuação da UAB. Afinal, quais as experiências daqueles atingidos pela UAB com as graduações cursadas? O que o alunado da UAB tem a dizer sobre o curso realizado? Em relação à Licenciatura de Pedagogia a distância na UFJF, até o momento há uma série de investigações trabalhando com dados quantitativos secundários, mas a coleta de dados qualitativos primários ainda não se realizou. Esse é um campo que ainda está por florescer e que pode ajudar, inclusive, a encontrar respostas aos impasses na atuação da educação superior pública a distância proporcionada com a UAB.

Conclusão

Esta investigação apresentou uma introdução indicando os possíveis reflexos da UAB na expansão da educação superior pública, em seguida se propôs a analisar um determinado público-alvo atingido por essa política pública de formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Básica. Então, descreveu características do alunado da Licenciatura em Pedagogia a distância na UFJF, graduação realizada no âmbito da UAB.

Também convidou a pensar na relevância da argumentação de considerar a UAB como política social (Bruno e Teixeira, 2012), decorrente da estabilidade e predominância em certas características do perfil de aluno recebido por esse curso. A Pedagogia a distância na UFJF é composta, majoritariamente, por mulheres, na faixa etária de 31 a 40 anos, vindas da rede pública de ensino básico, cursando sua primeira graduação, em exercício de atividade remunerada, sendo esta relacionada ao campo da Educação, com renda familiar de até três salários mínimos e moradoras do interior mineiro.

A discussão sobre quais os processos de formação estão sendo proporcionados aos estudantes que vem experimentando a modalidade a distância de ensino na educação superior teve o intuito de chamar atenção para a dimensão qualitativa ao analisar as novas oportunidades estimuladas com a UAB. Por fim, apresentou a necessidade de maiores pesquisas dedicadas a trabalhar com dados qualitativos primários. No caso da Pedagogia a distância na UFJF seria interessante investigar o que o alunado a distância da UAB tem a dizer sobre a graduação realizada. Esse é um dos caminhos

possíveis para encontrar respostas às dificuldades envolvendo o processo de formação docente estimulado pela UAB.

Agradecimentos

Esta pesquisa decorre da experiência em atuar como bolsista de iniciação científica, durante a graduação em Ciências Sociais, no projeto “Pedagogia a Distância UFJF: Avaliação e Trajetória de Estudantes”, coordenado pela Professora Eliane Medeiros Borges, fomentado pela FAPEMIG e gerenciado pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FADEPE. As atividades desenvolvidas me colocaram em contato com o campo da modalidade a distância de ensino, e mais especificamente, com a Licenciatura em Pedagogia a Distância na Universidade Federal de Juiz Fora, realizada através do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Gostaria de agradecer especialmente à professora Beatriz de Basto Teixeira pela orientação na escrita do projeto de pesquisa deste trabalho, à professora Katiúscia Antunes Vargas que estimulou o olhar sociológico na abordagem do tema e à professora Rafaela Reis pelas considerações sugeridas ao ler o trabalho sistematizado. Também gostaria de agradecer à Pró-Reitoria de Graduação da Faculdade Federal de Juiz de Fora e à Coordenação do Curso de Pedagogia a distância na UFJF por ter disponibilizado os dados quantitativos base para a realização desta pesquisa.

Referência

BARRETTO, E. S. S., Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos, Revista Brasileira de Educação, v.20, n. 62, jul-set, 2015.

BRASIL (2006). Decreto no 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Brasília: Presidência da República. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/decreto/d5800.htm> Acesso em: set.2017

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: MEC/ INEP, 2017.

BRUNO, A. R.; TEIXEIRA, B. B.. Inclusão Social, Inclusão Digital: O Curso de Pedagogia a Distância da Faculdade de Educação – Um caso brasileiro. Revista Educação em Foco, v.17, p.151-177, 2012.

COORDENAÇÃO do curso de pedagogia a distância. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisa de monitoramento – perfil dos estudantes e avaliação do curso 2015 – 2017. Relatório de pesquisa. Juiz de Fora: UFJF, 2017, mimeo.

COSTA, M.L.F.. História e Políticas Públicas para o Ensino Superior a Distância no Brasil: O Programa Universidade Aberta do Brasil em Questão. Revista HISTEDBR On-line, v.n. 45, p. 281-295, 2012.

MORAN, José Emanuel. O Ensino Superior a Distância no Brasil. Revista Educação & Linguagem. vol. 12, nº19, p. 17-35, jan./jun. 2009

SILVA, Priscila Aleixo. Educação a Distância e Democratização do Ensino Superior: o curso de Pedagogia na modalidade a distância da Universidade Federal de Juiz de Fora. Rio de Janeiro, 2015.

SOUSA SANTOS, Camila Silva; BERNARDINO DE CAMPOS, Gilda Helena. Caminhos da Política Nacional de Formação de Professores na Modalidade a Distância. EaD em FOCO, [S.l.], v. 6, n. 1, abr. 2016. ISSN 2177-8310. Disponível em: <http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/332/158>

TEIXEIRA, B. B. Educação a Distância: política social e formação de professores. Especiaria – Caderno de Ciências Humanas. VS 12 e 13, ns 22 e 23, jul./dez. 2009 e jan./jun. 2010, p.227-250.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Pró-Reitoria de Graduação, Juiz de Fora, Brasil, 2017.